

Constituinte favorece os atuais deputados

Defensores do voto distrital, inclusive ex-parlamentares e cientistas políticos de São Paulo, ficaram indignados esta semana com a decisão da Assembléia Nacional Constituinte que afastou esse sistema de representação, mantendo o atual, de interesse de quem já é deputado.

Ora, como os beneficiários da decisão são os próprios parlamentares que a tomaram, tornou-se evidente o casuismo. Como se sabe, pelo sistema distrital de representação os eleitos só podem captar votos na sua área de atuação política. Assim, quem pretende eleger-se por Assis, por exemplo, fica obrigado a dedicar toda a atenção a esse distrito.

Depois da eleição, as pessoas que o escolheram acompanham mais facilmente o seu desempenho, circunstância que influi decisivamente na reeleição ou não. Em face desse vínculo político maior entre eleitor e eleito, decorrente do sistema distrital, os representados realmente se sentem representados, e o representante, por sua vez, atua como tal, dirigindo sua atenção preferencialmente para o seu distrito de origem.

Pode ser coincidência ou não, mas, na verdade, os países que adotaram o sistema distrital vivem uma estabilidade política muito maior. É o caso dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Suécia e Japão.

Na Assembléia Nacional Constituinte há defensores do voto distrital que acabaram votando contra os próprios ideais, tornando evidente o prevailecimento de interesses, em detrimento das convicções. E o episódio serviu para mostrar que não deixava de ter razão o ex-deputado federal Flávio Bierrembach, na legislatura passada, quando pretendeu fazer com que a Assembléia Nacional Constituinte fosse só constituinte e se dissolvesse após a elaboração da Carta.

Nestes dias, em face da ocorrência de seguidos casuismos, são muitos os políticos que se lembram da iniciativa de Bierrembach e repetem que ele estava certo quando procurou desvincular o Congresso Nacional de qualquer trabalho constituinte. A idéia que se faz dos atuais legisladores é a de que não estão pensando no Brasil nem nas gerações futuras.

O que se presencia é um jogo de esgrima em que cada grupo de parlamentares atua marcadamente na defesa de interesses determinados. Os petistas, assim, empenham-se em fazer inserir na Carta Magna disposições que trazem benefícios para classes definidas de trabalhadores. Alguns moderados dedicam-se a obter ajuda a grupos com os quais estão comprometidos, ao passo que outros procuram garantir vantagens até mesmo pessoais e partidárias.

Nesse ângulo, a Assembléia Nacional Constituinte converte-se

num redemoinho de interesses privados que objetivam beneficiar os próprios parlamentares envolvidos no processo de elaboração da Carta. O exemplo mais categórico desses casuismos está na definição do sistema de governo e na fixação do mandato do presidente da República.

O jogo armado em torno dessas definições leva em conta preferencialmente a posição de expoentes políticos — caso de Ulysses Guimarães. Não se pensa no Brasil: pensa-se em como ficará o multipresidente peemedebista se o sistema adotado for este ou aquele.

Age-se da mesma forma quando o assunto tratado é o mandato do presidente da República. Os parlamentares não estão pensando na fixação do mandato dos presidentes que conduzirão os destinos brasileiros após o ano 2000. Pelo contrário, eles pensam no caso específico do presidente José Sarney e a ele vão atribuir quatro ou cinco anos de mandato. Enfim, parte-se do exemplo individual e provisório para a fixação de uma diretriz que, por sua natureza, deve ser definitiva e impessoal.

De idêntica gravidade, segundo críticas que se colhe no próprio meio político, é o fato de os parlamentares continuarem a negociar cada voto sempre que o assunto envolvido interessa diretamente ao governo. É incrível, mas deputados e senadores estão ora a favor de quatro anos para Sarney, ora a favor de cinco, depois voltam para quatro e assim vão oscilando, na medida em que são atendidos nesta ou naquela reivindicação de caráter pessoal perante a República.

Essas oscilações tornam difíceis as aferições referentes às convicções de cada um. O que também vem causando perplexidade é a circunstância de esses constituintes não estarem muito preocupados com o juízo que a Nação possa formar deles próprios. Parecem não perceber que a imagem do político se deteriora perigosamente, permitindo o florescimento indesejável de um clima de expectativa de golpe militar.

Entre os próprios constituintes é comum a previsão de que, se tudo continuar nesse ritmo, o desfecho do processo de transição democrática não será aquele que mais interessa ao País. Inacreditavelmente, porém, a despeito dessa consciência que se vai formando, a posição dos parlamentares no processo constituinte continua a mesma.

O pior: na medida em que a deterioração se completa, assiste-se àquilo que o multipresidente Ulysses Guimarães definiu como o "mesmo filme" visto anteriormente, e que consiste nas pressões cada vez mais presentes de militares sobre o processo político. Não é por falta de alertas que a Assembléia Nacional Constituinte deixa de atuar com mais eficiência e rapidez.

A.T.C.